

ATA N.º 23/2020

---- Reunião extraordinária do dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte.-----
---- No dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte, reuniu o órgão executivo ordinariamente, através de videoconferência, com a participação de Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento, para redação da respetiva ata.-----
---- Foram registadas as seguintes participações: António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, Vereadores.-----
---- A reunião foi declarada aberta às dezassete hora e dez minutos, tendo sido dispensada a leitura da ata da reunião anterior, por ter sido enviada uma cópia, previamente, a todos os membros que estiveram presentes naquela reunião, depois de ter sido aprovada e assinada em minuta no final da mesma.-----
---- A ata da reunião de 09 de dezembro de 2020 foi aprovada por unanimidade pelos membros António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Ordem de Trabalhos

- **Orçamento Municipal 2021**-----
- **Regulamento de Apoio às Freguesias – Alteração**-----

Período da Ordem do Dia

Orçamento Municipal 2021: - Tendo a proposta do Orçamento Municipal para 2021 sido reprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 27 de novembro de 2020 e para cumprimento do previsto na alínea c), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborada uma nova proposta de orçamento e opções do plano, destinados à sua aprovação pela Assembleia Municipal, conforme o estabelecido na alínea a), do n.º 1, do artigo 25º da Lei acima referida. O orçamento deste município para o próximo ano económico é de € 12 000 000,00 (doze milhões de euros), estando os recursos previstos devidamente evidenciados no orçamento de receita, para aplicação e alcance dos referidos objetivos definidos no orçamento de despesa, que deve ser conjugado com os restantes documentos apensos. No documento apresentado, para além das justificações apresentadas quanto à previsão da receita e despesa, são apresentados, também, os demais documentos previsionais referidos no ponto 2.3, do POCAL, aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 4 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 12 de Fevereiro, Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro), designadamente, as Grandes Opções do Plano, com os vários projetos e ações dotadas para 2021 em € 6 400 000,00 (seis milhões, quatrocentos mil euros), que compreende o Plano Plurianual de Investimentos com um total definido de € 4 500 000,00 (quatro milhões, quinhentos mil euros) e o Plano de Atividades com o valor definido de € 1 900 000,00 (um milhão, novecentos mil euros).-----
Foi aberto um período para intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----
Paulo Martins perguntou a que itens tinham sido retirados estes valores. -----
O presidente da Câmara informou que, o reforço dos cabimentos iriam ser suportados, em grande parte, pela transferência do saldo a ser aprovada à posteriori.-----
Pedro Lobo disse ter ficado com a ideia de que tinham sido retiradas verbas a uma série de obras.-----
O presidente da Câmara disse ter sido necessário retirar verbas de outras rubricas para poderem ser efetuados esses pagamentos, mas que voltariam a ser cabimentadas.-----
Ricardo Silva afirmou que o partido do CDS, mais uma vez, não tinha sido ouvido nem achado. Mais disse que o orçamento voltava a ser incapacitado e que o presidente da Câmara continuava a não conseguir executar, fazendo revisões orçamentais sem as executar e, para si, o orçamento era uma falácia.-----
O presidente da Câmara afirmou que, depois de aprovadas as contas, os vereadores teriam oportunidade de consultar o relatório de execução.-----
Pedro Lobo pediu que lhe fosse entregue a execução real do orçamento proposto no início de 2020, sem revisões orçamentais, ou seja, queria saber o que é que realmente tinha sido concluído.-----

Ricardo Silva perguntou qual era o grande plano do senhor presidente e da sua maioria para fixar a população no concelho e para facilitar a vida aos seus idosos. Em relação ao incentivo à natalidade, disse que gostaria de ver o mesmo alargado de uma vez por todas.-- O presidente da Câmara afirmou haver muitos grandes planos no orçamento, entre os quais o apoio ao empreendedorismo e o incentivo à natalidade, que são apoios diretos à população. Mais disse que a Câmara não podia criar empregos diretamente, mas que contribuía para isso através da criação de lotes nas zonas industriais e na dinamização do empreendedorismo e, ainda, através do maior plano de estágios da região que, atualmente, dinamizava emprego para catorze jovens licenciados. Relativamente ao incentivo à natalidade, informou ser necessário proceder a uma alteração ao regulamento.----- Retomando o uso da palavra, Pedro Lobo disse ter percebido que, com a atual proposta do orçamento, as juntas de freguesia iriam receber cerca de sessenta mil euros e perguntou se a aprovação do documento incluía a transferência de competências.----- O presidente da Câmara respondeu que as juntas de freguesia iriam receber esse valor se a proposta do orçamento para 2021 fosse aprovada. Mais informou não ter consultado os partidos para a elaboração do segundo documento porque a proposta de alteração tinha surgido da parte das juntas de freguesia.----- Em relação à questão colocada pelo vereador Pedro Lobo, respondeu o senhor presidente que a segunda proposta de orçamento aqui apresentava, para além do aumento do limite máximo de apoio ao investimento, também contemplava a previsão das verbas necessárias à transferência de competências para as freguesias, cuja informação consta no relatório. Por fim, Pedro Lobo perguntou o que é que estava dotado para as freguesias com a aprovação da proposta do orçamento para 2021.----- O Diretor de Departamento explicou que, para já, estavam dotados com cerca de sessenta mil euros e que, em janeiro, as juntas de freguesia iriam apresentar propostas para realizarem as empreitadas, caso o orçamento fosse aprovado em reunião de Câmara e na Assembleia Municipal, e esses valores teriam de ser cabimentados.----- Colocado este ponto à votação, o órgão executivo aprovou, por maioria, a proposta do Orçamento Municipal para 2021, a apresentar à Assembleia Municipal, conforme determina a legislação em vigor, para efeitos de aprovação, dela fazendo parte também o “Regulamento Municipal para a Execução Orçamental”.----- Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenção – Pedro Lobo; Contra – Paulo Martins e Ricardo Silva.----- Paulo Martins apresentou a seguinte declaração de voto: *“Apesar do reforço dos montantes de apoio aos investimentos para as Juntas de Freguesia, objetivo base das propostas que apresentei para este ano, comprometi-me no ano passado em viabilizar o Orçamento de 2021 se a execução das obras constantes no Orçamento 2020 se efetivasse. Infelizmente tal não aconteceu, ficando a esmagadora maioria das obras por executar, aparecendo novamente neste Orçamento de 2021. Poderão dizer que tal se deveu à pandemia, mas os últimos dados refletem que em 2020 o sector da Construção não só não parou como aumentou. Ora, a execução das obras orçamentadas em 2020 seriam a prova que necessitava para confiar na boa vontade do Orçamento de 2021. Assim, não fica provado que a Câmara irá executar seja o que for daquilo que promete no Orçamento, pelo que o meu voto mantém-se contra.”*----- Pedro Lobo apresentou a seguinte declaração de voto: *“Mais uma vez, o orçamento apresentado foi realizado sem serem ouvidos os partidos, o que é mesmo que dizer que não foram escutados os eleitos do povo. Desta vez é ainda mais grave, porque vem de um chumbo orçamental na Assembleia Municipal. E mais uma vez, o orçamento mostra ser um documento sem estratégia. Um documento em que são apresentados reforços para as Juntas de Freguesia, alegando que as mesmas irão agora passar a receber novas competências. Que competências? De que forma vão funcionar? Ninguém sabe. Ao mesmo tempo, são retiradas dotações financeiras de obras há muito exigidas pelos municípios, fundamentais para o desenvolvimento do concelho, mas mantidas todas as verbas para as festas e festinhas, tão importantes para o Sr. Presidente, num ano de eleições, como é o ano que se avizinha. É assim, quando se governa para estar e não para fazer. Por tudo isto o meu voto seria contra. Mas este é o meu último ano como Vereador. Cumpro o melhor que soube e pude, a minha função. Não quero despedir-me de*

uma casa que respeito, desta forma, até porque espero que o próximo ano seja um ano de mudanças. Por motivos invocados abstenho-me.-----

Ricardo Silva apresentou a seguinte declaração de voto: *“Uma vez mais este orçamento demonstra a incapacidade do Sr. presidente e dos seus pares. Incapacidade de cumprir o prometido, por um lado ao CDS, a quando da última aprovação de orçamento, por outro lado aos severenses em geral. Continuam com incapacidade de executar as obras e isso vê-se nas diversas modificações orçamentais, em que constantemente retiram saldo de obras pois não as conseguem concretizar. Com este executivo PS quase todas as obras derrapam, em tempo e em orçamento, veja-se o “Ecocentro”, o Centro Escolar e a obra do Edifício Municipal, entre tantas outras. Este nosso concelho permanece uma ilha, em que todos os concelhos ao nosso redor se modernizam, crescem e fixam população. O nosso continua parado a população envelhecida e com os nossos jovens a emigrar para os concelhos limítrofes. Não se percebe qual a vossa estratégia de fixação de população, de fixação dos nossos jovens, não se percebe qual a estratégia de apoio aos nossos idosos. É mais do mesmo, é mais um orçamento de navegação à vista, em que cada vez permanecemos mais neste marasmo instalado há décadas. Até podem dizer que ganham eleições, isso é um facto, mas muito mais relevante do que isso é que os senhores não conseguem fazer crescer o nosso concelho, perdemos população, perdemos poder de atratividade, enfim continuamos parados há décadas. Reitero mais uma vez que têm uma incapacidade gritante para conseguirem conduzir este concelho a bom porto. Infelizmente assim vai o nosso concelho, a nossa linda terra que é Sever do Vouga.”*-----

Regulamento de Apoio às Freguesias – Alteração: - Com vista ao ajustamento do regulamento à proposta que consta na segunda proposta do Orçamento Municipal para 2021, a Câmara Municipal aprovou, por maioria, submeter uma proposta à Assembleia Municipal para a alteração do artigo 14º do Regulamento de Apoio às Freguesias e, ainda, os valores máximos de despesa autorizada, constantes no Anexo daquele regulamento, elaborado e aprovado com base no previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua aprovação e posterior execução.-----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques, Paulo Martins, Pedro Lobo e Raul Duarte; Abstenção – Ricardo Silva.-----

---- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta reunião, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----
